Banco BS2 S.A. (Anteriormente denominado Banco Bonsucesso S.A.)

Demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas Banco BS2 S.A. (Anteriormente denominado Banco Bonsucesso S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2 (m) – "Demonstrações Financeiras do conglomerado prudencial".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco BS2 S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 (m) — "Demonstrações Financeiras do conglomerado prudencial" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2, que divulga: As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Banco BS2 S.A.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 19 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 (m) — "Demonstrações Financeiras do conglomerado prudencial" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Banco BS2 S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP0000160/O-5

Carlos Augusto da Silva Contador CRC 1SP197007/O-2

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

RELA	TÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
RELA	TÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALA	NÇO PATRIMONIAL	
	DNSTRAÇÃO DO RESULTADO	
DEMC	NSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMC	DNSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	8
NOTA	S EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES	1
1	CONTEXTO OPERACIONAL	g
2	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	g
3	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
4	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	15
5	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	
6	OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS	
7	Outros créditos	
8	OUTROS VALORES E BENS	
9	INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA	
10	DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E A PRAZO	
11	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	
12	Outras obrigações	
13	Patrimônio Líquido	
14	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
15	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
16	RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TVM E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	
17	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO	
18	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS	
19	RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
20	DESPESA DE PESSOAL	
21	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
22	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
23	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	
24	COBERTURA DE SEGUROS	
25	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
26	PARTES RELACIONADAS	
27	ADEQUAÇÃO AO ACORDO DE CAPITAIS (BASILEIA III) - RESOLUÇÃO CMN Nº 4.193/13	
28	GERENCIAMENTO DE RISCO	38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e clientes.

Apresentamos as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco BS2 S.A., anteriormente denominado Banco Bonsucesso S.A., relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 2017, com maior estabilidade econômica no mercado interno, observamos uma forte redução das pressões inflacionárias, o que propiciou uma queda substancial nas taxas de juros. Este ambiente reforçou a confiança na economia brasileira e abriu espaço para o início de um ciclo pró investimentos e emprego, em que pese algumas incertezas relacionadas ao cenário político – eleições – e à reforma da previdência, que acabou sendo postergada.

O Banco BS2 manteve seu foco de atuação nos segmentos de crédito, serviços de câmbio e meios de pagamento. A carteira de crédito da instituição, concentrada nos segmentos empresarial – pequenas e médias empresas – e de direitos creditórios – em grande parte Precatórios Federais e Estaduais, atingiu R\$ 842,1 milhões, representando um crescimento de 40,4% em relação a 31/12/2016.

Registramos 30% de crescimento nas nossas receitas de câmbio, em comparação com o ano de 2016.

No segmento de meios de pagamento (adquirência), processamos mais de R\$ 7 bilhões em operações de cartões de crédito e de débito em 2017, contra R\$ 227 milhões em 2016. Neste mesmo segmento, alcançamos R\$ 180 milhões na carteira de antecipação de recebíveis.

A captação acompanhou o crescimento da carteira de crédito, alcançando R\$ 1,9 bilhão, com um custo adequado à realidade, bastante eficiente em relação ao mercado e que remunera adequadamente os clientes investidores.

O lucro líquido foi de R\$ 48 milhões, com retorno anualizado de 13,3% ao ano. O capital social do BS2 foi ajustado para R\$ 201 milhões, decorrente da cisão da participação que detinha no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. para sua holding, a BBO Participações S.A., pertencente ao mesmo acionista controlador. Tal movimento dá ao BS2 melhores condições de investir em seus nichos de atuação e traz mais transparência nos resultados da instituição, que são agora 100% provenientes de suas linhas de negócios.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 234 milhões, já descontado dos dividendos e juros sobre o capital, relativos ao próprio exercício de 2017. O resultado refletiu os acertados investimentos em produtos e serviços geradores de receitas, com gestão eficiente do capital e resultados satisfatórios para investidores e acionistas.

Iniciamos 2018 com a abertura da BS2 Câmbio e Investimentos, uma DTVM que atuará no mercado de varejo de câmbio e na comercialização de diversos produtos de investimentos para clientes. A expansão das operações de varejo do banco se consolidará com o lançamento de sua plataforma digital ainda no primeiro semestre de 2018.

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

A Administração

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2017
CIRCULANTE		2.362.391
DISPONIBILIDADES	3	58.700
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	325.145
Aplicações no mercado aberto		318.723
Aplicações em depósitos interfinanceiros		6.422
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	19.394
Carteira própria		19.013
Vinculados à prestação de garantias		381
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.255.034
Pagamentos e recebimentos a liquidar	12(d)(iii)	1.254.420
Depósitos no Banco Central		347
Correspondentes		267
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	306.739
Operações de crédito		315.207
Operações de crédito vinculadas a cessão		6.522
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.990)
OUTROS CRÉDITOS		375.567
Carteira de câmbio	7(a)	64.028
Rendas a receber	7(b)	21.262
Negociação e intermediação de valores		6.117
Diversos	7(c)	290.287
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7(c)	(6.127)
OUTROS VALORES E BENS	8	21.812
Outros valores e bens		20.310
Provisões para desvalorizações		(887)
Despesas antecipadas		2.389
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.113.118
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	861
Aplicações em depósitos interfinanceiros		861
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	643.706
Carteira própria		392.029
Vinculados à prestação de garantias		148.820
Instrumentos financeiros derivativos		102.857

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2017
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	115.702
Operações de crédito		122.225
Operações de crédito vinculadas a cessão		1.036
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(7.559)
OUTROS CRÉDITOS		351.416
Diversos	7(c)	351.887
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7(c)	(471)
OUTROS VALORES E BENS	8	1.433
Despesas antecipadas		1.433
PERMANENTE		62.895
INVESTIMENTOS		31.882
Participações em coligadas e controladas no país	9	30.477
Outros Investimentos		1.405
IMOBILIZADO DE USO		23.997
Outras imobilizações de uso		31.411
Depreciações acumuladas		(7.414)
INTANGÍVEL		7.016
Ativos intangíveis		9.211
Amortização acumulada		(2.195)
TOTAL DO ATIVO		3.538.404

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

PASSIVO CIRCULANTE DEPÓSITOS Depósitos à vista Depósitos interfinanceiros Depósitos a prazo	10 10 11	2.111.419 687.773 52.704 98.521 536.548
Depósitos à vista Depósitos interfinanceiros Depósitos a prazo	10	52.704 98.521
Depósitos interfinanceiros Depósitos a prazo	10	98.521
Depósitos a prazo	10	
		536.548
~ ,	11	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS		49.737
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		49.737
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		17.075
Recursos em trânsito de terceiros		17.075
DBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		11.619
Empréstimos no exterior		11.619
NSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5(b)	105
Instrumentos financeiros derivativos	3(5)	105
DUTRAS OBRIGAÇÕES		1.345.110
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		540
Carteira de câmbio	12(a)	60.472
Fiscais e previdenciárias	12(b)	6.452
Negociação e intermediação de valores	(-)	10.083
Dívidas subordinadas	12(c)	2.913
Diversas	12(d)	1.264.650
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.192.647
DEPÓSITOS		871.115
Depósitos interfinanceiros	10	37.136
Depósitos a prazo	10	833.979
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	11	42.413
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		42.413
DUTRAS OBRIGAÇÕES		279.119
Fiscais e previdenciárias	12(b)	4.189
Dívidas subordinadas	12(c)	198.875
Diversas	12(d)	76.055
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		8
Resultados de exercícios futuros		8
PARTICIPAÇÕES DE NÃO CONTROLADORES		5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		234.325
Capital de domiciliados no país	13(a)	201.721
Reservas de lucros		30.878
Ajuste a valor de mercado - TVM		1.726
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.538.404

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			2017
	Nota	Segundo Semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		137.708	231.738
Operações de crédito	15	60.049	90.175
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	16	33.936	72.474
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		2.543	9.772
Resultado de operações de câmbio		41.180	59.091
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros			226
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(95.736)	(176.502)
Operações de captação no mercado	17	(72.279)	(151.205)
Operações de empréstimos e repasses		(280)	(442)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	18	(806)	(2.329)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(22.371)	(22.526)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		41.972	55.236
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(16.635)	69
Receitas de prestação de serviços	19	19.715	24.047
Rendas de tarifas bancárias		922	1.473
Despesas de pessoal	20	(26.412)	(45.942)
Outras despesas administrativas	21	(70.333)	(112.577)
Despesas tributárias	22	(8.330)	(14.398)
Resultado de participações em coligada e controladas	9	5.713	20.545
Outras receitas operacionais	23	82.440	163.787
Outras despesas operacionais	23	(20.350)	(36.866)
RESULTADO OPERACIONAL		25.337	55.305
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.010	1.668
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		26.347	56.973
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14(d)	(2.302)	(8.908)
Provisão para imposto de renda		(1.070)	(1.873)
Provisão para contribuição social		(816)	(1.297)
Ativo fiscal diferido		(416)	(5.738)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		24.045	48.065
Participações de não controladores		1	1
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		24.046	48.066

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital	Aumento	Reserv	vas de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros	
	social	de capital	Legal	Estatutária	- TVM	acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	300.000		36.147	153.777	(212)		489.712
Ajuste a valor de mercado - TVM					1.938		1.938
Aumento de capital	189.712		(36.146)	(153.566)			
Redução de capital	(287.991)						(287.991)
Lucro líquido do exercício						48.066	48.066
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			2.403	28.263		(30.666)	
Juros sobre o capital próprio						(10.000)	(10.000)
Dividendos						(7.400)	(7.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	201.721		2.404	28.474	1.726		234.325
Saldo em 30 de junho de 2017	300.000	189.712	1	211	555	24.020	514.499
Ajuste a valor de mercado - TVM					1.171		1.171
Aumento de capital	189.712	(189.712)					
Redução de capital	(287.991)	, ,					(287.991)
Lucro líquido do semestre						24.046	24.046
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			2.403	28.263		(30.666)	
Juros sobre o capital próprio						(10.000)	(10.000)
Dividendos						(7.400)	(7.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	201.721		2.404	28.474	1.726		234.325

Demonstração do fluxo de caixa Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

		2017
	Segundo	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Semestre	Exercício
Lucro líquido	24.046	48.066
Ajustes ao lucro líquido	(15.170)	(43.052)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	22.371	22.526
Variação cambial	(23.468)	(32.578)
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge	(1.541)	(3.772)
Reversão de provisão para contingências	(9.116)	(17.621)
Depreciação e amortização	1.879	3.198
Resultado de participação em controlada	(5.713)	(20.545)
Ganhos / perdas de capital liquidas	3	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	416	5.738
Resultado de participação de não controladores	(1)	(1)
Lucro líquido ajustado	8.876	5.014
Variações no capital circulante	000	75.070
Aplicações interfinanceiras de liquidez	293	75.978
Títulos e valores mobiliários	1.960	11.721
Operações de crédito	(147.402)	(154.581)
Outros créditos	19.402	(157.237)
Outros valores e bens	21.350	20.553
Depósitos	306.912	562.946
Captações no mercado aberto	20.607	(102.571)
Recursos de aceites e emissões de títulos	30.697	61.037
Redução de obrigações por empréstimos e repasses Relações interfinanceiras e interdependências	6.535 (1.254.867)	6.961 (1.259.933)
Instrumentos financeiros derivativos	,	` ,
Outras obrigações	(43) 1.185.021	(595) 1.181.258
Resultado de exercícios futuros		
	(32)	(14)
Caixa gerado nas operações	178.702	250.537
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.187)	(3.636)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	175.515	246.901
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de imobilizado de uso	173	367
Aquisição de imobilizado de uso	(3.380)	(5.131)
Aquisição de investimentos	(25)	(185)
Alienação de intangível	7	7
Aquisição de intangível	(3.278)	(6.780)
Aquisição de participações societárias		(4.559)
Dividendos recebidos	20.178	21.468
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	13.675	5.187
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(17.400)	(17.400)
Integralização de capital	5	5
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(17.395)	(17.395)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	171.795	234.693
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	180.079	99.201
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	25.549	43.529
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 3)	377.423	377.423
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	171.795	234.693
-		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Em novembro de 2017 o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a cisão parcial do patrimônio do Banco Bonsucesso S.A. mediante a versão de parcela do seu patrimônio para sua controladora integral BBO Participações S.A., consistente na participação de 40% no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. reduzindo assim seu capital e aprovou a mudança da denominação social do Banco para Banco BS2 S.A..

O Banco BS2 S.A. ("Banco"), é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de adquirência, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito, tendo como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e da dívida subordinada oriunda de emissões de títulos no exterior.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) conforme Nota 2(m), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas

Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente

Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)

Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva do Banco em 23/04/2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata", ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.
- (ii) Títulos disponíveis para venda Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e
- Para aqueles classificados na categoria de hedge de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(f) Operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa, cessão de crédito e precatórios

- (i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro rata" ao resultado do exercício.
- (ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.
- (iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:
 - Nas operações classificadas como "transferência substancial dos riscos e benefícios" o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.
 - Nas operações classificadas na categoria "com retenção de riscos e benefícios" o ativo financeiro é contabilizado na rubrica "Operações de crédito vinculadas a cessão" em contrapartida do passivo "Obrigações por operações vinculadas a cessão". As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, registradas em "Rendas de operações de crédito", e em "Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão", respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(g) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(h) Permanente

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 9.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obteria com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(i) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "impairment" no resultado do exercício. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de "impairment". No exercício de 2017 foi realizada a avaliação e não foram identificados indícios de "impairment".

(j) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015, e 20% a partir de setembro de 2015, permanecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei 13.169/15.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 15%.

(I) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(m) Demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BS2 S.A. foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As informações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, contemplam o Banco BS2 S.A. e empresa conforme artigo 1º e 4º da Resolução 4.280, apresentada a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Atividade	% Participação 31/12/2017
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (*)	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,90

(*) Em junho de 2017 o Banco BS2 S.A. constituiu a sua DTVM e em dezembro de 2017 obteve autorização para funcionamento pelo BACEN, assim formando o Conglomerado Prudencial BS2.

Em fevereiro de 2018 o Banco Central do Brasil aprovou a alteração da denominação social da Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Para fins do Conglomerado Prudencial, por não atender o artigo 1º da Resolução nº 4.280, não foram consolidadas as seguintes empresas:

Empresa	Atividade	% Participação 31/12/2017
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	Previdência privada e seguradora	99,80
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (*)	Instituição de pagamento	90,00
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	Administradora de fundos e investimentos	75,00
BS2 Tecnologia Ltda.	Serviços na área de informática	99,90
Bonsucesso Controladoria Ltda.	Atividades de contabilidade	98,75
Pinhel MG Participações Ltda.	Holding de instituições não- financeiras	55,56

(*) A Adiq - Soluções de Pagamento S.A. ainda não obteve sua autorização de funcionamento como instituição de pagamento do BACEN desta forma, não é contemplada na consolidação do Conglomerado Prudencial BS2. Em novembro de 2017, foi protocolado uma série de documentos e informações ao BACEN, complementando documentações necessárias para a autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento, aguarda-se posicionamento da autoridade monetária.

O Banco BS2 S.A. elabora suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial e disponibiliza no seu site www.bancobs2.com em "Nossos números".

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	2017
Disponibilidade em moeda nacional Disponibilidade em moeda estrangeira Total de disponibilidades	971 57.729 58.700
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	318.723
Total	377.423

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 2(b).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017
Posição bancada	
Letras Financeiras do Tesouro	43.688
Letras do Tesouro Nacional	15.002
Notas do Tesouro Nacional	260.033
Aplicações no mercado aberto	318.723
Depósitos interfinanceiros	
CDI Caixa Econômica Federal	813
CDI Banco ABC	6.423
Aplicações em moedas estrangeiras	47
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.283
Total	326.006
Circulante	325.145
Realizável a longo prazo	861
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	
	2017
Livres	
Cotas de fundos de investimentos	14.527
Letras Financeiras do Tesouro	389.374
Letras Financeiras do Tesouro Debêntures	389.374 6.513
Letras Financeiras do Tesouro	389.374
Letras Financeiras do Tesouro Debêntures	389.374 6.513
Letras Financeiras do Tesouro Debêntures Ações de companhias fechadas	389.374 6.513
Letras Financeiras do Tesouro Debêntures Ações de companhias fechadas Instrumentos financeiros derivativos	389.374 6.513 9.040
Letras Financeiras do Tesouro Debêntures Ações de companhias fechadas Instrumentos financeiros derivativos Operações de Swap	389.374 6.513 9.040
Letras Financeiras do Tesouro Debêntures Ações de companhias fechadas Instrumentos financeiros derivativos Operações de Swap Vinculado a prestação de garantias	389.374 6.513 9.040 102.857
Letras Financeiras do Tesouro Debêntures Ações de companhias fechadas Instrumentos financeiros derivativos Operações de Swap Vinculado a prestação de garantias Letras Financeiras do Tesouro	389.374 6.513 9.040 102.857 149.201
Letras Financeiras do Tesouro Debêntures Ações de companhias fechadas Instrumentos financeiros derivativos Operações de Swap Vinculado a prestação de garantias Letras Financeiras do Tesouro Total	389.374 6.513 9.040 102.857 149.201 671.512
Letras Financeiras do Tesouro Debêntures Ações de companhias fechadas Instrumentos financeiros derivativos Operações de Swap Vinculado a prestação de garantias Letras Financeiras do Tesouro Total Provisão para perdas e desvalorização de títulos	389.374 6.513 9.040 102.857 149.201 671.512 (8.412)

5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

								2017
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	23.567		23.567	23.567				
Cotas de fundos de investimentos (i)	14.527		14.527	14.527				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040				
Títulos disponíveis para venda	545.068	20	545.088		121	4.118	132.736	408.113
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	538.582	(7)	538.575		121	381	129.960	408.113
Debêntures (iv)	6.486	27	6.513			3.737	2.776	
Subtotal de títulos e valores mobiliários	568.635	20	568.655	23.567	121	4.118	132.736	408.113
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(8.412)		(8.412)	(8.412)				
Total de títulos e valores mobiliários	560.223	20	560.243	15.155	121	4.118	132.736	408.113

- (i) As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras do BACEN e da CVM.
- (ii) Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 8.412.
- (iii) Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía debêntures da Cemig Distribuição S/A e Copel Geração e Transmissão S/A as quais possuem mercado ativo e são marcadas a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de *swaps*, futuros e termos, os quais estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e na BM&F-Bovespa. A posição de derivativos a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) pode ser demonstrada como segue:

	2017
ATIVO Swap - diferencial a receber	102.857
Total a receber	102.857
PASSIVO Obrigações por venda a termo	105
Total a pagar	105
Valor líquido	102.752

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Swap

Os swaps Dólar x CDI compõem, a estrutura de *hedge* de risco de mercado da captação externa, são custodiados pela CETIP e tem vencimento para 03/11/2020. Seu valor de referência está registrado em contas de compensação no montante de R\$ 102.180.

			2017
Descrição	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Ajuste a Receber Swap Dólar	198.689	201.787	3.098
Ajuste a Pagar Swap CDI	103.812	98.930	4.882
Total	94.877	102.857	7.980

(ii) Termo

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía posições vendidas em termos de euro, dólar canadense, libra esterlina e dólar australiano totalizando 4 contratos totalizando R\$ 105 com um valor de referência de R\$ 17.876. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa dessas moedas.

(iii) Futuros

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía uma posição vendida de 365 contratos futuros de dólar. Também possuía uma posição comprada de 45 contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição de operações de câmbio indexadas a essa moeda. O Banco possuía uma posição comprada de 15 contratos de DI futuro para mitigar exposição de operações indexadas a taxa prefixada. O resultado líquido positivo destas operações no exercício de 2017 foi de R\$ 2.629.

(iv) Derivativos utilizados como instrumentos de hedge

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* de risco de mercado, visando a proteção da variação cambial mais o cupom da captação externa, assim como o objeto de *hedge* estão representados como segue:

					2017
Descrição	Instrumentos	Vencimento	Indexadores e Taxas	Valor de Referência	Valor de Mercado
Objeto de <i>Hedge</i>	Captação Externa	03/11/2020	Passiva: variação cambial mais cupom	102.180	(201.787)
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Swaps de Fluxo de Caixa	03/11/2020	Ativa: variação cambial mais cupom	102.180	201.787
			Passiva: %CDI		(98.930)
			Líquido: Variação cambial mais cupom		0

Para obtenção do valor de mercado das operações de *swap*, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela BM&FBovespa, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Operações de crédito e outros créditos

(a) Classificação por produto

	2017
Setor Privado	
Crédito pessoal	33.429
Crédito pessoal vinculados a cessão	7.558
Capital de giro	371.517
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	30.519
Financiamento em moeda estrangeira	1.655
Desconto de títulos	309
Adiantamentos a depositantes	3
Total operações de crédito	444.990
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	9.700
Precatórios (Nota 7(c))	438.894
Devedores por compra de valores e bens	866
Total outros créditos (*)	449.460
Total carteira de crédito	894.450
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito	(22.549)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outros créditos	(1.368)
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.917)
Total	870.533
Circulante	499.273
Realizável a longo prazo	371.260

^(*) Para fins de divulgação o saldo de "Adiantamentos sobre contratos de câmbio", "Precatórios" e "Devedores por compra de valores e bens", e suas respectivas provisões, são demonstrados nesta nota por terem característica de concessão de crédito.

(b) Cessão de créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco para a coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. que na data da cessão totalizava R\$ 1.408 e foi recebido o montante de R\$ 1.631. Essas cessões geraram um resultado positivo de R\$ 226 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira — Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros" e um resultado negativo de R\$ 3 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Despesas da intermediação financeira — Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros", vide nota 18(ii).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Classificação por prazo

(d)

	2017
A vencer com prazo indeterminado	438.894
A vencer até 90 dias	248.784
A vencer de 91 a 180 dias	41.018
A vencer de 181 a 360 dias	37.254
A vencer acima de 360 dias	123.853
Total de parcelas a vencer	889.803
Vencidas até 90 dias	2.112
Vencidas de 91 a 180 dias	1.525
Vencidas de 181 a 360 dias	812
Vencidas acima de 360 dias	198_
Total de parcelas vencidas	4.647
Total	894.450
Classificação por setor de atividade	
	2017
Indústria	18.544
Outros serviços	388.121
Pessoas físicas	48.891
Administração pública	438.894
Total	894.450

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

			2017
			Provisão para riscos de
			crédito com base nos
<u>Nível</u>	%	Carteira	percentuais mínimos exigidos
A A		100 100	
AA		166.120	
Α	0,5	515.544	2.578
В	1	145.942	1.459
С	3	35.905	1.077
D	10	2.098	210
Е	30	2.524	757
F	50	16.852	8.426
G	70	185	130
Н	100	9.280	9.280
Total		894.450	23.917
ıvıaı		094.430	23.917

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Classificação por níveis de risco e produto

					2017
	Crédito	Capital			_
Nível	pessoal	de giro	Precatórios	Outros	Total
AA			166.120		166.120
Α	22.192	215.457	272.774	5.121	515.544
В	6.298	113.537		26.107	145.942
С	10.614	18.085		7.206	35.905
D	260	460		1.378	2.098
Е	184			2.340	2.524
F	148	16.704			16.852
G	171			14	185
Н	1.120	7.274		886	9.280
Total	40.987	371.517	438.894	43.052	894.450

(g) Concentração da carteira

		2017
		% sobre
	Valor	a carteira
10 maiores devedores	545.315	60,97
20 maiores devedores seguintes	174.101	19,46
50 maiores devedores seguintes	121.317	13,56
100 maiores devedores seguintes	27.171	3,04
Outros	26.546	2,97
Total	894.450	100,00

(h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017
Saldo no início do exercício	26.810
Constituição (reversão) de provisão Baixas de créditos para prejuízo	23.187 (26.080)
Saldo no fim do exercício	23.917

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi recuperado o montante de R\$ 28.687 referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renegociado um montante de R\$ 38.089 de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 21.633.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

O saldo da carteira de câmbio do ativo é composta conforme abaixo:

	2017
Câmbio comprado a liquidar	46.674
Direitos sobre vendas de câmbio	23.892
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(6.625)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	87
Total	64.028

(b) Rendas a receber

"Rendas a receber" referem-se a dividendos a receber da coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. no montante de R\$ 1.290 e das controladas BS2 Tecnologia Ltda. e da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. no montante de R\$ 11.988 e R\$ 7.984, respectivamente.

(c) Diversos

	2017
Créditos tributários (nota 14(a)) Devedores por depósitos em garantia (i) Baixas sem financeiro (ii) Impostos e contribuições a compensar (iii) Títulos e créditos a receber (iv) Precatórios (v) Diversos	79.491 19.024 5.610 25.623 61.437 438.894 12.095
Total	642.174
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.598)
Total	635.576
Circulante	284.160
Realizável a longo prazo	351.416

(i) "Devedores por depósitos em garantia" são registrados os depósitos judiciais conforme abaixo:

	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Contingências tributárias (nota 12b(i)) Contingências trabalhistas e previdenciárias (nota 12d(i)) Contingências cíveis (nota 12d(i)) Outras	1.829 4.948 11.579 668	6.786 43.714
Total	19.024	50.500

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) "Baixas sem financeiro" refere-se a valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados.
- (iii) "Impostos e contribuições a compensar" refere-se, substancialmente, a saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar.
- (iv) "Títulos e créditos a receber" em 2017, refere-se a direitos de consorciados adquiridos pela cessão de cotas não contempladas ou desistentes. Os direitos creditórios, assim entendidos como expectativa de direito de crédito em ação de natureza condenatória movida em desfavor da União federal ou suas Autarquias, são adquiridos pelo Banco e são mantidos em carteira até a sua formalização em precatórios, que assegura elevado grau de confiança de realização, e posterior liquidação final. Os direitos creditórios somente passam a apropriar renda após a ordem judicial de constituição em precatório. Em 2016 refere-se às aquisições de recebíveis oriundos dos serviços de liquidações de operações com cartão de crédito e débito dos estabelecimentos comerciais credenciados de nossa adquirência.
- (v) A carteira de precatórios, que anteriormente era classificada como títulos e valores mobiliários, foi reclassificada para outros créditos, sobre a qual o Banco classificou as operações com entes não federais sujeitas a uma provisão para perdas de 0,5% - rating "A", no valor de R\$ 1.364, a partir de 2017. Já as operações com entes federais não estão sujeitas à provisão e foram classificados no rating "AA", conforme nota 7(a).

8 Outros valores e bens

	2017
Bens não de uso próprio (i)	19.423
Comissões diferidas (ii)	170
Despesas antecipadas	3.652
Total	23.245
Circulante	21.812
Realizável a longo prazo	1.433

- (i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.
- (ii) Referem-se ao diferimento das despesas de comissões e bônus sobre operações de crédito.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Investimentos em controladas e coligada

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas:

						2017
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido no exercício	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no exercício
Ramo financeiro						
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (*)						18.843
Previmax Previdência Privada e						
Seguradora S.A.	8.904.236	99,80	20.963	1.837	20.920	1.832
Adiq - Soluções de Pagamento	4.500.000	90,00	4.647	(353)	4.194	(306)
S.A.	4.500.000	30,00	7.047	(555)	7.104	(500)
BS2 Asset Management -	225 000	75	407	400	200	407
Administradora de Recursos S.A.	325.000	75	487	168	366	127
Ramo não financeiro						
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,9	4528	21	4523	21
Bonsucesso Controladoria Ltda.	197.500	98,75	479	28	474	28
Pinhel MG Participações Ltda.	1.356.695	55,56	2441			
Total					30.477	20.545

^(*) Resultado da equivalência patrimonial do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. apurado até a data da cisão da participação societária.

Em fevereiro de 2017, o Banco adquiriu 50.000 quotas do capital social da Bonsucesso Asset – Administradora de Recursos S.A., aumentando, assim, sua participação de 65,00% para 75,00% e em dezembro de 2017 foi alterado sua denominação social para BS2 Asset Management – Administradora de Recursos S.A..

Em junho de 2017, o Banco adquiriu 4.500.000 quotas do capital social da Adiq – Soluções de Pagamento S.A., passando a ter uma participação de 90,00%.

Em Assembleia realizada em agosto de 2017 o Banco realizou uma cisão parcial transferindo para sua controladora integral BBO Participações S.A. sua participação de 40% no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. montando um valor de R\$ 287.991 em contrapartida a redução do capital social.

(b) Movimentação dos investimentos – controladas diretas e indiretas:

	Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	BS2 Tecnologia Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	Total
Em 31 de dezembro de 2016	270.425	27.072		16.490	446	386	314.819
Equivalência patrimonial Aquisição de quotas	18.843	1.832	(306)	21	28	127 59	20.545 59
Alienação de quotas	(287.991)						(287.991)
Dividendos	(1.290)	(7.984)		(11.988)		(206)	(21.468)
Integralização de capital Ajuste a valor de mercado -			4.500				4.500
TVM de coligadas	13						13
Em 31 de dezembro de 2017		20.920	4.194	4.523	474	366	30.477

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Depósitos interfinanceiros e a prazo

					2017
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos Interfinanceiros Flutuante	21.202	77.319	37.136		135.657
Depósitos a prazo					
Pré-fixados	24.316	1.539	1.063		26.918
Flutuantes	87.235	423.458	811.334	21.582	1.343.609
	111.551	424.997	812.397	21.582	1.370.527

^(*) Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de operações com DPGE monta R\$ 108.340.

11 Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são compostos conforme quadro abaixo:

	2017
Letras de crédito imobiliário Letras financeiras	90.514 1.636
Total	92.150
Circulante	49.737
Exigível a longo prazo	42.413
12 Outras obrigações	
(a) Carteira de câmbio	
	2017
Câmbio vendido a liquidar	23.831
Obrigações por compras de câmbio	46.255
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(9.614)
Total	60.472
(b) Fiscais e previdenciárias	
	2017
Provisão para impostos e contribuições	189
Impostos e contribuições a recolher	6.098
Provisão para impostos diferidos	4.354
Total	10.641
Circulante	6.452
Exigível a longo prazo	4.189

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional "Subordinated Notes", em 03 de novembro de 2010 no montante de US\$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente a US\$ 120.000 dessa emissão de dívida subordinada, foi homologado pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução CMN 3.444/07 e normas complementares.

O valor restante da emissão, equivalente a US\$ 5.000, estava classificado como "Recursos de aceites e emissão de títulos" e foi liquidado em setembro de 2012.

Abaixo as recompras da dívida subordinada autorizadas pelo Banco Central do Brasil:

		US\$ Mil
Histórico de recompras da dívida subordinada	Recompras	Saldo
Principal da divida		120.000
Autorização BACEN em agosto de 2012	20.000	
Recompras em:	40.054	
2º semestre de 2012	19.251	
1º semestre de 2013	749	400.000
	20.000	100.000
Autorização BACEN em julho de 2013	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2013	1.450	
1º semestre de 2014	6.771	
1º semestre de 2015	7.568	
2º semestre de 2015	4.211	
	20.000	80.000
Autorização BACEN em maio de 2015 Recompras em:	20.000	
2º semestre de 2015	5.742	
1º semestre de 2016	6.042	
2º semestre de 2016	7.342	
1º semestre de 2017	874	
	20.000	60.000
Autorização BACEN em janeiro de 2017 Recompras em:	10.000	
1º semestre de 2017	731	
	731	59.269

No exercício findos em 31 de dezembro de 2017, as recompras da dívida subordinada geraram um ganho, conforme demonstrado na nota 23.

De modo a eliminar a exposição à variação cambial e à taxa de juros, foram contratados dois *swaps* cuja soma de seus valores referenciais tem o mesmo valor do principal da dívida subordinada, além de terem a mesma taxa de juros e mesmos prazos de vencimento dos cupons semestrais e do principal, vide nota 5(b).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As dívidas subordinadas são compostas como segue:

	, to divided substrained as se	•	as de		2017
	Taxa anual	Emissão	Vencimento	Saldo em US\$	Saldo em R\$
	9,25%	03/11/2010	03/11/2020	60.137	201.788
	Circulante			868	2.913
	Exigível a longo prazo			59.269	198.875
(d)	Diversas				2017
				_	_
	Valores a pagar a socieda				5.837
	Provisão para fornecedor	es e prestadore	es de serviços		10.824
	Passivos contingentes (i)		_		50.500
	Prestações recebidas e p	endentes de ba	aixa		5.542
	Ordens de pagamento	_			208
	Repasses Projeto Minha				737
	Obrigações por operaçõe		` ` ')	8.130
	Valores a repassar por op	•	. ,		160.680
	Obrigações por transaçõe		to (iii)		1.058.691
	Valores de tarifas a devol	ver			24.102
	Outros (iv)				15.454
	Total				1.340.705
	Circulante			_	1.264.650
	Exigível a longo prazo			_	76.055

(i) A administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão contábil e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$ 6.965.

As contingencias cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado e de valores individuais não relevantes. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base do total dos casos ativos. Dessa forma, o Banco não quantifica perdas prováveis para tais ações.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

			2017
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	7.884	60.238	68.122
Movimentação refletida no resultado:			
Constituição	412	788	1.200
Reversão / baixa	(1.510)	(17.312)	(18.822)
Saldo no fim do exercício	6.786	43.714	50.500

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) "Valores a repassar por operações de adquirência" referem-se basicamente a montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.
- (iii) "Obrigações por transações de pagamento" refere-se a valores a repassar aos estabelecimentos comerciais credenciados (adquirência) por operações com cartão de crédito e débito e em contrapartida foi registrado no ativo na rubrica "Relações interfinanceiras Pagamentos e recebimentos a liquidar" os valores a receber dos repasses das bandeiras de cartões.
- (iv) "Outros" em 31 de dezembro de 2017 inclui a provisão específica para garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 3, sendo R\$ 2 garantindo o montante de R\$ 421 referente a garantias vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras e R\$ 1 garantindo o montante de R\$ 120 referente a outras garantias financeiras prestadas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.512/16. Os critérios utilizados para a constituição desta provisão foram de acordo com o exposto na Resolução CMN 2.682/99 considerando a avaliação do cliente.

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 31 de maio de 2017, foi aprovado o aumento do capital social do Banco para R\$ 489.712. O aumento, no montante de R\$ 189.712, foi integralizado mediante a incorporação de parte das reservas Legal e Estatutária. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 28 de julho de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2017, foi realizada a cisão parcial do patrimônio Banco para sua controladora integral BBO Participações S.A., consistente na participação de 40% da participação no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. reduzindo assim seu capital no montante de R\$ 287.991.

Assim, em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado está representado por 40.344.194 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado era representado por 60.000 mil ações, sendo 45.000 mil ações ordinárias nominativas e 15.000 mil ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

No exercício de 2017, foram pagos juros sobre capital próprio no montante de R\$ 10.000, correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 8.500 formalizado em Ata da Reunião da Diretoria. O cálculo teve como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95.

No exercício de 2017, também foram pagos um montante R\$ 7.400 referente a dividendos do exercício, formalizado em Ata da Reunião da Diretoria.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos créditos tributários (Nota 7(c)) apresentam-se como segue:

	2017
Provisão para perdas em ativos	60.052
Ajustes ao valor de mercado	2.915
Passivos contingentes	76.332
Prejuízo fiscal/Base negativa	59.428
Base de cálculo	198.727
Imposto de Renda – 15%	29.809
Adicional do Imposto de Renda – 10%	19.873
Contribuição Social – 15%	29.809
Total	79.491
Circulante	16.789
Exigível a longo prazo	62.702

(b) Movimentação dos créditos tributários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

			2017
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo no início do exercício	61.438	24.129	85.567
Constituição	18.503	175	18.678
Utilização	(24.220)	(534)	(24.754)
Saldo no fim do exercício	55.721	23.770	79.491

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Valor contábil	Valor presente
2018	16.789	15.727
2019	13.061	11.461
2020	7.394	6.078
2021	4.174	3.215
2022	6.215	4.483
Acima de 2022	31.858	19.435
Total	79.491	60.399

O Banco adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2017 esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais. Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

		Exercício
		2017
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.973	56.973
Adições (exclusões) líquidas:		
Juros sobre o capital próprio Equivalência patrimonial Lei 11.196/2005 (Lei do bem) Outras, líquidas	(10.000) (20.545) (5.558) 1.142	(10.000) (20.545) (5.558) 1.083
Base de cálculo	22.012	21.953
Alíquota Efetiva Alíquota Adicional Ajustes CSLL 5% (i)	3.302 2.178	4.412 (965)
Incentivo Fiscal	(19)	(303)
Despesa (Receita) de imposto de renda e contribuição social	5.461	3.447

⁽i) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, nota 2(l).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Receitas de operações de crédito

		2017
	Segundo Semestre	Exercício
Crédito pessoal Empresarial Financiamento em moeda estrangeira	5.961 27.039	13.941 47.385 162
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	27.049	28.687
Total	60.049	90.175

16 Resultado de operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez

		2017
	Segundo Semestre	Exercício
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.779	14.974
Títulos e valores mobiliários	25.157	57.500
Total	33.936	72.474

17 Despesas de operações de captação no mercado

		2017
	Segundo Semestre	Exercício
Despesas de títulos emitidos no exterior Despesas de depósitos a prazo Despesas de depósitos interfinanceiros Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos Outras despesas de captação	9.088 54.079 4.933 2.966 1.213	20.801 110.137 11.107 5.438 3.722
Total	72.279	151.205

18 Despesas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

		2017
	Segundo Semestre	Exercício
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão (i) Prejuízos em operações de venda ou de transferência de	806	2.326
ativos financeiros (ii)		3
Total	806	2.329

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se a despesas com o reconhecimento pró-rata das obrigações assumidas com cessões de créditos, de acordo com a Resolução CMN 3.533/08.
- (ii) Prejuízos com cessões de créditos sem retenção de risco com a coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. conforme descrito na nota 6(b).

19 Receitas de prestação de serviços

		2017
	Segundo Semestre	Exercício
Rendas por serviços de pagamento (i)	6.788	10.899
Rendas de cobrança	235	349
Rendas de serviços prestados a ligadas	14	27
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (ii)	11.757	11.757
Diversas	921	1.015
Total	19.715	24.047

- (i) Rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.
- (ii) O Banco pode adquirir créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações da adquirência, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita, reclassificado de "Outras receitas operacionais" nota 23(iii) por determinação do BACEN pela carta circular 3.828 de 19 de junho de 2017.

20 Despesa de pessoal

	2017	
	Segundo Semestre	Exercício
Honorários	3.982	7.239
Benefícios	2.039	3.848
Encargos Sociais	4.657	8.802
Proventos	15.397	25.487
Treinamento	219	352
Estagiários	118	214
Total	26.412	45.942

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Outras despesas administrativas

	2017	
	Segundo Semestre	Exercício
Comissão a correspondente	213	580
Consultoria comercial	326	704
Prestação de serviços	38.200	57.225
Processamento de dados	16.313	28.552
Comunicação	2.020	3.921
Aluguel	1.406	2.153
Depreciação e amortização	1.879	3.198
Propaganda e publicidade	2.053	2.514
Transportes	3.120	5.613
Manutenção e conservação de bens	1.322	2.029
Outros	3.481	6.088
Total	70.333	112.577

22 Despesas tributárias

		2017
	Segundo Semestre	Exercício
Despesas tributárias ISSQN Cofins PIS	1.804 481 5.200 845	3.542 736 8.705 1.415
Total	8.330	14.398

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Outras receitas e despesas operacionais

		2017
	Segundo Semestre	Exercício
Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesas comerciais	13	142
Recuperação/reversão de despesas de provisões operacionais (i)	9.200	17.705
Variação monetária e cambial ativa	473	756
Ganho com recompra da dívida subordinada		257
Rebate de contratos cedidos (ii)	7.367	18.370
Resultado operações com precatórios	61.487	111.363
Receitas com operações de aquisição de recebíveis (iii)		4.760
Outras	3.900	10.434
Total	82.440	163.787
Outras despesas operacionais		
Despesas de provisões operacionais (i)	(5)	(5)
Variação monetária e cambial passiva	(232)	(232)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(1.588)	(1.828)
Ajuste a valor de mercado da captação externa	221	(758)
Perdas com processos trabalhistas	(1.983)	(3.208)
Perdas com processos cíveis	(14.085)	(26.539)
Outras	(2.678)	(4.296)
Total	(20.350)	(36.866)

- (i) "Recuperação/Despesas de provisões operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências cíveis e trabalhistas.
- (ii) "Rebate de contratos cedidos" refere-se ao valor pago pelo Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., de parte dos contratos recuperados da carteira não elegível, cedida a R\$ 1,00 cada contrato.
- (iii) O Banco pode adquirir créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações da adquirência, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita, reclassificado para "Receitas de prestação de serviços" nota 19(i) por determinação do BACEN pela carta circular 3.828 de 19 de junho de 2017.

24 Cobertura de seguros

O Banco possui cobertura de seguros no montante de R\$ 24.000, com vigência para o período de 31/01/2017 a 31/01/2018 conforme apólice, para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Instrumentos financeiros

O Banco avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Banco encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

O Banco possui operações envolvendo instrumentos financeiros buscando eventualmente oportunidade de mercado com operações de tesouraria, mantendo dentro de limites considerados aceitáveis a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

(i) Títulos e valores mobiliários

O Banco possui perfil de investimentos em títulos públicos federais, ações e em certificados de depósitos bancários de empresas e instituições financeiras consideradas de baixo risco pela Administração.

(ii) Operações de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco diversificou sua carteira de crédito com produtos de câmbio e Empresarial.

(iii) Depósitos

As captações ocorrem principalmente através de depósitos a prazo e através das cessões de crédito. As taxas dos depósitos e as necessidades de caixa são monitoradas pela Administração.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Instituição possui operações com instrumentos financeiros derivativos. Vide detalhes na nota 5(b).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e operações mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

			2017
			Receitas
			(Despesas)
	Ativos (Passivos)	Segundo Semestre	Exercício
Outros Créditos	1.851		
Adiq - Soluções de pagamento S.A.	47		
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	2		
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	1		
Bonsucesso Controladoria Ltda.	1		
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	1.800		
Depósitos à vista	(290)		
Adiq - Soluções de pagamento S.A.	(64)		
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	(11)		
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	(9)		
BS2 Tecnologia Ltda.	(32)		
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	(174)		
Depósito a prazo	(9.023)	(447)	(760)
Ádiq - Soluções de pagamento S.A.	(3.811)	(231)	(251)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	` (501)	(30)	(67)
BS2 Tecnologia Ltda.	(4.244)	(167)	(399)
Bonsucesso Controladoria Ltda.	(467)	(19)	(43)
Outras obrigações	(5.848)		
Adiq - Soluções de pagamento S.A.	(328)		
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	`(11)		
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	(5.509)		
Receita de Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.			226 226
Desmana de Onevações de Venda eu de Transfevência de Ativas Financeiras			(4)
Despesa de Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.			(4) (4)
Outras receitas operacionais		7.367	18.370
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.		7.367	18.370
Outras despesas administrativas		(7.169)	(11.450)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.		(245)	(304)
BS2 Tecnologia Ltda.		(4.344)	(8.136)
Adiq - Soluções de pagamento S.A.		(2.580)	(3.010)

- (i) Os depósitos a prazo e interfinanceiros são pós-fixados e sua remuneração tem como base, em média, a variação do CDI.
- (ii) As despesas administrativas referem-se principalmente ao pagamento pela prestação de serviços de natureza administrativa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

		2017
	Segundo Semestre	Exercício
Honorário	3.982	7.239
Participação nos lucros e resultados	1.118	1.118
Encargos sociais	1.079	2.083
Total	6.179	10.440

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

27 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN № 4.193/13

A partir de 1º outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução CMN nº 4.192/13, que define a metodologia de apuração e a Resolução CMN nº. 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	2017
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	188.542
(+) Capital Principal (a)	188.542
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	79.550
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	79.550
(-) Deduções do Nível II	7 0.000
(=) Patrimônio de Referência Total	268.091
Alocação de Capital por Risco	
Risco de Crédito (RWAcpad)	1.483.742
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	79.140
Risco Operacional (RWAopad)	430.889
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	1.993.771
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	184.424
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	189.137
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	83.668
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBAN	54.032
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	68.915
Margem sobre o Capital Principal Requerido	98.822
Índice de Basileia - PR	13,45%
Índice do Nível I	9,46%
Índice do Capital Principal	9,46%
Índice de Imobilização	19,34%
,	

(a) Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.192/2013 para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em Dezembro de 2016 prevaleceu o valor do saldo da dívida subordinada na data após aplicação do redutor de 40% e em Dezembro de 2017 prevaleceu o saldo atual da dívida após aplicação do redutor de 60%.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2017, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 13,45%, que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (Índice Basileia + ACP) de acordo com a Resolução CMN nº 4.193/2013. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 9,46%, ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora.

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 268.091 contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 184.424 e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 189.137, o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAN de R\$ 54.032.

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco encontrase em conformidade com a regulamentação do BACEN.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de Capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito do Conglomerado Prudencial BS2, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial BS2.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

As informações relativas ao Gerenciamento de Capital são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa na seção "Gerenciamento de Capital" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Gerenciamento de Risco

A gestão de riscos do Banco reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

- I Risco de Mercado É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado Prudencial BS2, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária.
- II Risco de Crédito É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.
- III Risco de Liquidez É o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.
- IV Risco Operacional É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. O Banco considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional

Em consonância com a Resolução CMN n°. 3.380/06, o Banco definiu sua política de gerenciamento do risco operacional, na qual as responsabilidades, os procedimentos e a estrutura estão descritos. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que todos os seus colaboradores entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais operacionais relativos a risco operacional.

A partir de dezembro de 2009, o Banco adotou a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (RWAopad).

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco Operacional são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa na seção "Gerenciamento de Risco Operacional" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Gerenciamento de Continuidade de Negócios – GCN

O Banco conta com um centro de processamento de dados alternativo para atender a recuperação e continuidade de seus processos de negócio visando minimizar perdas financeiras para os acionistas e clientes.

A metodologia da gestão da Continuidade de Negócios permite ao Banco planejar ou responder a incidentes e interrupções de negócios para fazer a continuidade de suas operações em níveis pré-definidos e aceitáveis.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez

Em consonância com a Resolução CMN nº. 3.464/07 e com a Resolução CMN nº. 4.090/12, o Banco definiu sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a sua carteira de empréstimos consignados, crédito para pequenas e médias empresas (Empresarial) e operações de câmbio e sua atuação na Tesouraria.

A estrutura define os órgãos envolvidos e suas respectivas atribuições e responsabilidades, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez do Conglomerado Prudencial BS2 e o diretor estatutário responsável por cada um dos riscos junto ao Banco Central do Brasil, além de descrever o processo de gerenciamento de risco de mercado e liquidez.

As informações relativas ao Gerenciamento de Riscos de Mercado e Liquidez são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa, na seção "Gerenciamento de Risco de Mercado" e na seção "Gerenciamento de Risco de Liquidez" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Em consonância com a Resolução CMN n°. 3.721/09, o Banco implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco de crédito, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco de Crédito são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa, na seção "Gerenciamento de Risco de Crédito" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de fevereiro de 2017 o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº. 4557, que dispõe da estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, que consolidou as normas relativas a estes temas. Esta resolução entrou em vigor em 18/02/2018. O Banco contratou consultoria especializada para implementar todas as medidas necessárias para o pleno atendimento dos requisitos da nova legislação, devidamente aprovada pela Administração.

Além disso, também é feita a divulgação do "Relatório de Gerenciamento de Riscos" em seu site em Governança Corporativa, na seção "Relatório de Gerenciamento de Riscos" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa) que visa atender a Circular 3.678/13 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

* * *

Diretoria

Gabriel Pentagna Guimarães Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães Martini Diretora Vice-Presidente Executiva

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães Diretor Vice-Presidente Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães Diretora Executiva

> Francisco Ferreira Neto Diretor Executivo

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior Diretor Executivo

Conselho de Administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães Presidente

João Claudio Pentagna Guimarães Vice-Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães Conselheiro

Heloisa Maria Pentagna Guimarães Henriques Conselheira

Regina Maria Pentagna Guimarães Salazar Conselheira

> Luiz Flávio Pentagna Guimarães Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite Contador - CRC-MG 48.029/O-0